

## A crise da água em três atos



**JULIO CERQUEIRA CÉSAR NETO**

é engenheiro, consultor em saneamento e meio ambiente, associado do Instituto de Engenharia  
E-mail: juliocesar@uol.com.br

**C**onsiderando que se trata de uma crise anunciada, que vem sendo gestada há mais de 15 anos, e considerando também que a transparência sobre essa grave crise pela qual está passando a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), não tem se constituído no ponto alto da comunicação dos seus responsáveis com a população metropolitana e que essa população tem o direito de conhecer tudo a respeito da sua evolução, me dispus a tentar suprir essa deficiência fragmentando essa evolução em três atos.

**Primeiro ato: preparativos** - Desde a conclusão do Sistema Cantareira até o fim de 2013: (a) 1985 - população: 14 milhões; disponível: 66 m<sup>3</sup>/s; demanda: 51 m<sup>3</sup>/s - sistema de Primeiro Mundo. (b) 2000 - população: 18 milhões; disponível: 66 m<sup>3</sup>/s; demanda: 66 m<sup>3</sup>/s - sistema meia-boca; já deveria ter sido providenciado novo manancial de grande porte; início do déficit. (c) 2003 - primeiro alerta: estiagem longa levou o Sistema Cantareira à beira do colapso. (d) 2004 - Agência da Bacia do Alto Tietê pressiona o governo a iniciar a captação de 20 m<sup>3</sup>/s no reservatório França (Alto Juquiá). Também foi feita a renovação da outorga do Sistema Cantareira; a renovação foi feita apenas por dez anos e incluiu uma série de exigências que deveriam ser cumpridas pela Sabesp nesse período, destacando-se entre elas a que exigia a implantação de novos mananciais para atender a RMSP, diminuindo a influência do Sistema Cantareira no abastecimento dessa região; a renovação venceu em agosto de 2014 e essa exigência não foi cumprida. (e) 2005 - o DAEE conclui as barragens de Biritiba-Mirim e Paraitinga e disponibiliza mais 5,7 m<sup>3</sup>/s do Sistema Alto Tietê para a RMSP que não pode ser usado porque a Sabesp não tinha ampliado a capacidade da ETA Taiaçupeba de 10 m<sup>3</sup>/s para 15 m<sup>3</sup>/s e só passou a usar essa vazão em 2012. (f) 2006 - o governo conseguiu desativar a Agência da Bacia do Alto Tietê e interrompeu o processo de gerenciamento dos recursos hídricos da bacia que estava em desenvolvimento, inclusive a cobrança pelo uso da água que estava prevista para ser iniciada em 2007 e até hoje não foi feita. (g) 2007 - a Sabesp declarou oficialmente que a situação da deficiência dos mananciais da RMSP era gravíssima e a empresa não tinha condições de superá-la e solicitou que o governo assumisse essa responsabilidade; o governo assumiu e contratou a elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Macrometropole com prazo de execução de 180 dias, mas somente foi concluído em outubro de 2013. (h) 2012 - a Sabesp detectou o início do processo de estiagem através da diminuição das reservas nos seus reservatórios.

**Segundo ato: implantação e gerenciamento** - Durante o ano de 2014: (a) 2014 - população: 22 milhões; disponível: 72 m<sup>3</sup>/s; demanda: 82 m<sup>3</sup>/s - sistema deficitário em 10 m<sup>3</sup>/s, ou seja, 2,7 milhões de habitantes sem água. (b) em janeiro a Sabesp estava preparada para dar início a um plano de racionamento geral na região quando o governador assumiu pessoalmente o comando e gerenciamento da crise declarando oficialmente sua instalação, vetou o plano da Sabesp e definiu um plano político para enfrentá-la: proibiu o racionamento e decidiu explorar todas as reservas de água disponíveis, inclusive as reservas técnicas (volume morto) até o seu esgotamento se necessário, considerando que em outubro voltarão as chuvas, os reservatórios torna-

rão a encher e a crise será superada. (c) tanto o plano de racionamento da Sabesp como o veto do governador só vieram a público mais recentemente, divulgados

pelo jornal Estadão. Questionado sobre o veto o governador disse que vetou porque o plano da Sabesp era totalmente irresponsável! (d) Pode-se dizer que durante esse segundo ato, embora a crise já tenha afetado parte da população, principalmente a mais pobre, se constituiu apenas num refresco em face do que nos espera a partir do início do ano quando forem esgotados os volumes mortos do Cantareira. (e) a essa altura não podemos ignorar que a estratégia do governador de uso intensivo das reservas para evitar o racionamento já comprometeu também de forma muito preocupante o Sistema do Alto Tietê.

**Terceiro ato: perspectivas** - A partir de 2015: (a) 2015 - população: 22 milhões; disponível: 39 m<sup>3</sup>/s; demanda: 82 m<sup>3</sup>/s - sistema com déficit de 43 m<sup>3</sup>/s, ou seja, mais da metade da demanda, hipótese otimista porque estamos considerando a integridade do Sistema do Alto Tietê; no caso desse sistema não se recuperar, o que não está fora de cogitação, como observado no final do segundo ato, o déficit atingirá 58 m<sup>3</sup>/s, ou seja, 70% da demanda; não consigo encontrar um adjetivo para qualificar o quadro que teremos de enfrentar. (b) é importante observar que as primeiras chuvas que vierem terão de recuperar os volumes mortos antes de começarem a encher os reservatórios. A perspectiva que temos hoje é de que a recuperação do Cantareira leve no mínimo três anos, na esperança de que o Alto Tietê tenha melhor sorte. (c) o que o governador nos ofereceu até agora, além de medidas para reduzir o consumo, é o seguinte: 4,78 m<sup>3</sup>/s do sistema São Lourenço para 2018 (?); 5 m<sup>3</sup>/s da reversão do Jaguari para 2017 se as pendências com a ANA [Agência Nacional de Águas] e os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais forem superadas, se esse manancial dispuser dessa água, e se a recente proposta de obter mais 3 m<sup>3</sup>/s através do tratamento dos esgotos (águas de reúso), também para 2017, se concretize. Por aí se conclui que as propostas do governador estão completamente fora da escala do problema que teremos de enfrentar, mesmo que o Alto Tietê consiga se recompor. (d) faz parte ainda desse terceiro ato a necessidade de incluir no sistema mais um manancial de grande porte levantada há 15 anos e até hoje não se observou nenhuma movimentação nesse sentido. É possível que, recuperados os sistemas existentes, a crise continue: não mais por conta da estiagem, mas devido à deficiência de mananciais.

**Reflexão final** - Nós, cidadãos brasileiros de São Paulo terminamos 2014 com problemas e situações de crise cujo tamanho e gravidade ultrapassam de muito tudo o que já assistimos. Embora as dimensões e características dessas crises sejam diferentes no estado e no país elas possuem a mesma origem, qual seja, a ideia fixa da conquista do poder e sua permanência nele a qualquer custo e o completo desprezo pela administração das políticas públicas e suas consequências na qualidade de vida da população. Em São Paulo essa situação começou em 2001, logo após a morte de Mario Covas; no Brasil a partir de 2003. E permanece até hoje. ☹